

GWENDOLYN, Midlo Hall, **Escravidão e etnias africanas nas Américas.**  
Restaurando os elos, tradução de Flávio Ribeiro, revisão de Alexandre dos Santos, col.  
África e os Africanos, Petrópolis: Vozes, 2017, 359 p.  
ISBN 978-85-326-5350-5

---

O livro agora recenseado integra uma coleção que aborda temas referentes à África e à afrodescendência nas Américas. Essa abordagem é feita em interação com a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Educação e diversos outros campos do saber. Trata-se, pois de um texto enriquecedor pelas perspectivas que abre, mas exigente em sua leitura devido à riqueza de informações e à complexidade das análises.

A questão estudada não é a escravidão no Brasil, embora sejam valiosas as informações a respeito. O propósito de G. é contribuir para a restauração dos elos rompidos entre a África e as Américas, bem como discutir as influências culturais africanas em várias regiões do continente americano. Essas influências contribuíram para a criouliização e africanização, dois fatos que abrangem não só os africanos e seus descendentes, mas as populações das Américas em geral seja na linguagem seja em numerosos outros campos da cultura. Entende-se por criouliização as contribuições de grupos específicos de africanos para a formação de novas culturas que se desenvolveram nas Américas. Foi um processo que variou no tempo, no espaço e dependeu de inúmeros fatores. A forte influência africana no catolicismo luso-brasileiro e o candomblé fazem parte desse processo.

Os três primeiros capítulos tratam da escravidão como fenômeno histórico. Habitualmente ao pensar ou falar nos escravos vem à mente uma massa anônima de negros sem história, sem cultura, sem distinção, provinda de um continente sem qualquer relevância. Ainda hoje para muita gente a África não passa de um território imenso habitado por negros e animais selvagens. A realidade, no entanto, é bem outra seja no presente seja no passado. Ambos demonstram o contrário deste preconceito. De fato, a África é formada por inúmeras etnias.

Passo a destacar algumas das valiosas informações contidas nesses capítulos. Os milhões de africanos arrastados da África para as Américas não eram “africanos genéricos”, uma massa anônima e uniforme, mas pessoas pertencentes a etnias diversas.

Possuíam, portanto, identidade étnica, tradição, cultura, história. Muito antes do tráfico atlântico de escravos, antigas rotas comerciais proliferavam por toda a África. As mercadorias africanas eram produzidas com alto padrão e comercializadas a longas distâncias. Os têxteis e metais eram muitas vezes de alta qualidade. Com o início do tráfico de escravos, os traficantes foram destruindo essas redes e passaram a importar substitutos baratos, às vezes, destrutivos e viciantes.

Não obstante as explicações religiosas e ideológicas, a ilegalidade da escravização dos povos indígenas deveu-se ao menos em parte ao temor de que esses povos fossem inteiramente dizimados. O jeito foi avançar no tráfico de africanos para suprir a força de trabalho com pessoas dotadas de habilidades como, por exemplo, a produção de arroz e a mineração. Entre os escravos havia ferreiros, metalúrgicos, ferramenteiros, escultores e gravadores, prateiros, ourives, sapateiros, seleiros.... Deve-se acrescentar a isto o fato de que a maioria dos africanos vendidos ao tráfico atlântico de escravos não eram escravos em sua sociedade de origem. A colonização das Américas dependeu em muito das habilidades desses africanos escravizados. Tendo presente a existência de numerosas etnias na África, sempre que se aborda a questão da influência africana nas diversas regiões das Américas, é preciso perguntar: de que africanos? A que etnia pertenciam? O “africano genérico” nunca existiu.

As elites econômicas e políticas da Europa e das Américas enriqueceram ajudadas pelo tráfico e pelo trabalho não pago dos escravos. “O tráfico atlântico de escravos e a escravidão nas Américas formaram um sistema que operou durante quatro séculos. Ele arrancou da África a posse mais preciosa, suas pessoas, para criarem a riqueza e o poder de terras distantes a um custo extremamente alto de sofrimento e vidas humanas. Esse fato simples não é discutível” (p. 59).

Tráfico de escravos e escravidão existiam há milênios, porém não de modo uniforme. Na Idade Média, o racismo que justificava a escravidão era direcionado para pessoas de pele clara. Eslavos brancos eram escravos na Espanha e em Portugal. Segundo G., a palavra “escravo” é derivada de eslavo. Quatro séculos antes do tráfico atlântico começar, negros do Senegal eram familiares na Península Ibérica. No final do século XI, povos de pele escura apareciam como guerreiros, conquistadores, governantes, bardos e músicos.

É certo que na África havia escravidão. Tratava-se, porém, de algo mais parecido com o feudalismo medieval e, portanto, bem diferente da escravidão africana nas Américas. Aqui predominava a mais brutal exploração em vista de maximizar a

produção e minimizar os custos. Era esta a mentalidade dominante em relação ao trabalho escravo. Os escravos deviam produzir o máximo a um custo mínimo. É inimaginável o que esta orientação da economia representou para os escravos em termos de exploração e sofrimento. Na África, havia diferentes formas de trabalho que envolviam obrigações mútuas e chegavam muitas vezes a funcionar como um sistema de incorporação à sociedade. Segundo alguns estudiosos, antes da chegada dos portugueses, a palavra “escravo” não existia nas línguas bantas da África Centro-ocidental. Escravidão é, pois, uma categoria histórica e não sociológica. É portanto na história que se encontra resposta para a escravidão negro-africana.

Por que africanos e não europeus foram escravizados e arrastados para a América? G. responde a esta pergunta apresentando o panorama de vários países da Europa onde interessava conservar a população em seu lugar de origem, mesmo sendo tratada com brutalidade pelas elites governantes ao menos até a Revolução Francesa de 1789. Essas mesmas elites impuseram à África o custo financeiro, a destruição, a desorganização social, a desmoralização e a perda populacional resultante da guerra e do sequestro em vista da obtenção de prisioneiros para a escravização. Embarcados em navios negreiros imundos e superlotados, muitos morriam durante a travessia do Atlântico. Os sobreviventes eram “peças” que, vendidas, logo seguiam para seu destino. É necessário citar o que escreve G: “A escravidão prosperou em todas as regiões do Brasil durante quatro séculos. O Brasil, de longe, foi o maior consumidor de escravos no hemisfério ocidental” (p. 129).

Os capítulos seguintes abordam a ligação das regiões e etnias africanas com as diversas regiões das Américas. As regiões africanas estudadas são as seguintes: Grande Senegâmbia/Alta Guiné; Baixa Guiné: Costa do Marfim, Costa do Ouro, Costa dos Escravos/Golfo do Benin; Baixa Guiné: o Golfo de Biafra; as Terras Bantas: África Centro ocidental e Moçambique.

G. conclui com a afirmação: “As culturas africanas não foram preservadas nem mantidas em conserva. Elas não devem ser tratadas como estáticas, ou mantidas em isolamento umas das outras nem na África nem nas Américas, nem das culturas crioulas em formação. As etnias e culturas regionais africanas específicas não devem mais ser invisíveis como fatores importantes que contribuíram para a formação das culturas afro-americanas e, de fato, para a formação das culturas em geral das Américas” (p. 294).

Segue um interessante apêndice sobre o preço dos escravos na Louisiana (1719-1820) com informações também sobre outras regiões, inclusive o Brasil. As referências

bibliográficas se dividem assim: coleções de manuscritos, bancos de dados publicados, bancos de dados com sites de busca, bancos de dados no prelo, obras publicadas a partir de bancos de dados inéditos, livros, capítulos e artigos citados. Consta ainda um índice de ilustrações, figuras, mapas e tabelas, bem como um índice analítico.

Na circunstância presente, quando começamos a despertar para o racismo estrutural da sociedade brasileira, este livro constitui uma valiosa contribuição neste sentido. Sua leitura requer um certo esforço, mas vale a pena.

*Antonio Alves de Melo*

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma - Itália.

Colaborador da Revista Eclesiástica Brasileira – REB.

Endereço atual: Resende, RJ

E-mail: [antomaguim@gmail.com](mailto:antomaguim@gmail.com)

(Recebido e aprovado em fevereiro de 2022)